

O ESTUDO CULTURAL DA CRIANÇA.

CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO METODOLÓGICA

*Maria Margarida Morgado**

RESUMO

Partindo da análise de alguns problemas surgidos no campo da investigação dos estudos culturais sobre subculturas jovens, nomeadamente no que respeita à utilização de metodologias etnográficas, propõe-se uma reflexão sobre os limites da categoria 'criança' face às de 'adolescente' e 'adulto' como forma de contribuir para uma mais apurada definição metodológica do estudo cultural da criança. Este encontra-se preso à investigação, nos estudos culturais, sobre movimentos de oposição social, por via da atenção conferida às subculturas jovens, bem como aos estudos de média onde se procuram articular as experiências de recepção de crianças historicamente situadas, não se apercebendo, em nosso entender, de que toda a experiência infantil é articulada por um adulto e que o estudo cultural da criança se centra inevitavelmente na relação entre adulto e criança.

INTRODUÇÃO

As crianças, enquanto grupos de classe, de identidade sexual ou étnica, enquanto indivíduos com experiências muito concretas e dando forma a uma ideia do outro do adulto, habitam as margens da cultura e a cultura dominante de modos essencialmente diversos dos jovens. Quer isto significar que a construção cultural das crianças, embora coincidente com as dos jovens em certos pontos, se constitui também por oposição a estes. Se as crianças podem ser assimiladas aos jovens num gesto teórico abrangente, que procura ler nas práticas culturais de ambos resoluções simbólicas de conflitos e tensões como marca da sua integração na vida adulta (Hall & Jefferson 1993), os modos de vestir, hábitos, práticas de actuação nas ruas, rituais dos jovens dificilmente se comparam ao brincar das crianças, ao seu consumo televisivo, de doces ou de brinquedos, às suas visitas a parques temáticos acompanhadas pelos pais ou mesmo à actuação em grupo das crianças sem família em cidades como o Rio de Janeiro.

* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

A nossa sociedade produziu e continua a alimentar — o que significa produzir e consumir sentidos — uma diferença entre crianças e adolescentes. Concretamente, o fascínio da literatura e do cinema do século XX tem sido, em parte, precisamente com a transição de uma fase para outra, o que dita implicitamente a necessidade de diferenciar as metodologias pelas quais procuramos estudar cada uma dessas fases da vida humana e os modos de experiência social pelos quais se insiste em mantê-las separadas e distintas. No presente artigo contrariamos proposadamente a tendência para investigar a criança por metodologias replicadas da investigação subcultural ou sobre os média, registando embora como cada vez mais cedo se baliza o início da adolescência e o fim da infância, quase sempre em termos da aptidão para o consumo.

Poderíamos citar muitos exemplos, mas cingimo-nos apenas a um: o brincar das crianças não constitui uma resolução simbólica do mesmo tipo do da cultura espectacular de grupos de jovens¹. Enquanto o primeiro habita, nos próprios termos da criança, um espaço transicional, onde inconscientemente a criança negocia as dificuldades da sua adaptação ao mundo, a resolução simbólica de conflitos e tensões pelos jovens ocorre como reacção deliberada e pensada contra a classe em que cresceram, os valores dos adultos, e acompanha a sua transitoriedade inevitável para modos de vida adultos.

Em consequência, os estudos da criança devem, para nós, ser centrados em questões de agência infantil e da tradução, inevitavelmente por adultos, das experiências infantis, entendendo as crianças, a um nível, como grupo sem poder e sem voz, sem uma cultura espectacular que atraia para si as atenções dos adultos, e a outro nível, como o lugar de uma diversidade de experiências sociais enquadradas por estereótipos culturais, articuladas por adultos. É no quadro da relação entre adulto e criança que se têm de procurar metodologias de análise que tornem visíveis as experiências sociais de crianças na relação destas com os sentidos produzidos por adultos e com os seus próprios termos de negociação, rejeição de ou sedução por eles. Toda a investigação exclusiva sobre as experiências infantis, que não considerem também os regimes de representação, as estruturas dinâmicas de sentidos pelas quais elas são produzidas pelos adultos, é incompleta.

ALGUNS PROBLEMAS DA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DE JOVENS

As metodologias de análise dos jovens centram-se quase sempre na experiência e na utilização de métodos etnográficos de análise, sensivelmente diferentes das metodologias empregues em torno de textos e públicos nas investigações dos média, no contexto dos quais decorre grande parte da investigação sobre a criança. O reconhecimento deste facto é importante para que possamos definir os

1 A criança é espectáculo num sentido diferente do adolescente. Para Nancy Falchikov ("Images of Childhood in the British Press". Social Science Working Paper. 3. Napier Polytechnic, 1989), na sua investigação sobre as imagens de infância na imprensa britânica, um conceito como o de criança é sempre parcialmente visual, como provam, aliás, os trabalhos de Philippe Ariès (*Centuries of Childhood: A Social History of Family Life*. London: Jonathan Cape, 1962), Peter Fuller ("Uncovering Childhood", *Changing Childhood*, ed. M. Hoyles. London: Writers and Readers Publishing Cooperative, 1979), Stephen Humphries, J. Mack e R. Perks (*A Century of Childhood*. London: Sidgwick & Jackson, 1988) e Patricia Holland (*What is a Child? Popular Images of Childhood*. London: Virago, 1992). A criança é constituída, nas culturas ocidentais, em parte por um vocabulário pictórico (da imprensa, do cinema, da televisão, da publicidade, das ilustrações de livros infantis).

contornos de metodologias para o estudo da criança. O texto pioneiro de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy* (1958), o de Paul Willis, *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class Jobs* (1977), o de Phil Cohen, *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers* (1980), e o de Dick Hebdige, *Subculture* (1979)², constituem uma linha de investigação etnográfica de jovens das classes trabalhadoras nos estudos culturais, da qual são desde logo de realçar os seguintes aspectos: o recurso a etnografias de grupos sociais (assentes em teorizações e práticas diferenciadas); a valorização do quotidiano e das experiências de vida dos jovens menos adaptados à escola e aos valores sociais das classes médias, expressas em formas subculturais, que são interpretadas como formas de oposição à cultura dominante; a primazia conferida a etnografias como forma de privilégio da 'realidade', da experiência 'vívida', da cultura popular, da autenticidade de pessoas vulgares, situadas nas franjas de uma cultura dominante, dos seus modos de produzir sentidos na e para a cultura. Para o estudo das subculturas jovens convergem assim práticas da antropologia social, da (nova) história social³ e nele se torna central a etnografia como procedimento metodológico dos estudos culturais.

As práticas etnográficas dos estudos culturais têm, no entanto, sido sujeitas a críticas de vária ordem, acusadas nomeadamente de não serem etnografia no sentido antropológico do termo, de não teorizarem suficientemente as práticas, de privilegiarem o 'real' e o 'autêntico' acriticamente e segundo posições ideológicas das quais os investigadores não têm consciência, de serem incapazes de lidar com a complexidade das práticas do quotidiano (Turner 1990: 173; McRobbie 1991), de tendencialmente favorecerem visões coerentes que suprimem conflitos e tensões e de perseguirem mitos de autenticidade da classe trabalhadora (Johnson 1983; 45-8).

Existem limites reconhecidos nas práticas etnográficas de recuperação da experiência de vida para discursos narrativos de investigadores, como reconhece Clifford Geertz (1973; 1995). A análise cultural é intrinsecamente incompleta, porque se baseia na interpretação do antropólogo e porque as 'descobertas' deste são sempre parciais e aproximações a sentidos. Em consequência, a análise cultural torna-se, na expressão que Geertz adopta de Gallie, 'essencialmente contestável', lugar de sentidos em litígio. Em última instância, os actos das pessoas serão sempre subjectivos (1975: 29-30) e o antropólogo só os pode interpretar de uma posição que ocupa e da qual tem de estar consciente. Há que tentar manter, nas etnografias do outro, as formas simbólicas próximas dos acontecimentos e lugares sociais em que elas ocorrem. Em termos da crítica cultural teria mais valor a discussão e o debate dos sentidos encontrados, do que a fuga para a sistematização, institucionalização ou colecção dessas formas, um artifício académico que se interpõe entre as interpretações e a história social, pelo qual se originam 'ficções' etnográficas (1975: 16).

A discussão de reformulações das teorias e metodologias etnográficas conduzir-nos-ia a uma longa discussão que não nos interessa prosseguir aqui, mas registre-se também a ficção, presente nos modos de os adultos estudarem as crianças, do que Willis (1977) defende em relação ao método etnográfico:⁴ o investigador trabalha junto dos seus sujeitos, em vez de

2 Vide os argumentos desenvolvidos por Graeme Turner (*British Cultural Studies: An Introduction*. London: Routledge, 1990: 169-179) quanto ao tipo de investigação etnográfica desenvolvida por cada um destes textos.

3 A nova história social, de que a obra de E. P. Thompson (1978) é um exemplo, prefere uma história não de grandes feitos heróicos, políticos ou militares, mas de formações culturais populares, histórias orais, feministas, centradas na experiência e na agência de pessoas comuns na cultura (cf. Johnson (1980) e Hall (1980) citados por Graeme Turner (1990: 181)).

4 Para uma reflexão recente sobre a etnografia como metodologia de abordagem nos estudos culturais vide Paul Atkinson, *The Ethnographic Imagination: Textual Construction of Reality* (London and New York: Routledge, 1990); *Feminist Praxis: Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology* (ed. L. Stanley, London and New York: Routledge, 1990) e Norman Denzin, *Symbolic Interaction and Cultural Studies* (Oxford and Cambridge: Basil Blackwell, 1992).

no laboratório, ele entra no campo de investigação não dominado por teorias, o que lhe permite interpretar *directamente* e de forma aberta os sujeitos, para melhor recriar a experiência original. As ênfases sucessivas na experiência como objecto de estudo são fulcrais para a validação de outras vidas. Para Willis, dado que o investigador não possui um quadro teórico fixo, no qual se apoiar, ele vai contestando os próprios sentidos que encontra, explora as contradições entre articulações e prática, bem assim como os momentos de crise, reveladores de incertezas criativas, tensões entre o objecto ou a forma cultural observados e as formas de tomada de consciência deles. O investigador conecta as contradições ou inconsistências do observável com as suas interpretações, interligando sentidos humanos, códigos e formas culturais, reconhecendo, deste modo, a importância decisiva de uma articulação discursiva da experiência, bem como o facto de que esta ocorre em contextos de articulação tornados possíveis por formas e códigos culturais.⁵

PROBLEMAS PARA O ESTUDO DA CRIANÇA

As tentações são grandes, perante este quadro, de fazer da investigação da criança um estudo de réplica do trabalho desenvolvido em relação aos jovens, às suas subculturas espectaculares e contra-culturas ou subculturas.⁶ Angela McRobbie (1991; 1994; 1997), cuja investigação de carácter sociológico sobre os hábitos de leitura de lazer de raparigas se tornou paradigmático não só para o estudo de raparigas, mas também de material ficcional popular, de revistas, equaciona a vocação dos estudos culturais com modos de investigação que interliguem níveis múltiplos da experiência e a vida do quotidiano a formas culturais (McRobbie 1994: 184-6). A etnografia preconizada por McRobbie aproxima-se, porém, muito mais das práticas de estudos de recepção que, em vez de pretenderem 'ler' todo um modo de vida de um grupo social, ao modo antropológico, sucumbindo tantas vezes aos riscos de construções sentimentais e empíricas, definem práticas de análise do consumo, que se têm sentido mais adequadas ao estudo da criança.

O reconhecimento de que mesmo o público infantil é capaz de negociar conteúdos e imagens — que tem constituído a vertente teórica principal de uma série de projectos de investigação sobre as crianças (McRobbie 1991; 1994; Kinder 1991; Nava 1992; Nava & Nava

⁵ O que Willis (1977) salienta desta metodologia, essencialmente reflexiva e de 'bricolage', é uma teorização em processo que caracteriza muitos estudos etnográficos realizados no âmbito dos estudos culturais, sobretudo no Centro de Estudos Culturais de Birmingham, e particularmente em relação a um fenómeno como o das subculturas jovens; bem assim como a resistência à hegemonia de técnicas que, segundo Willis, disfarçam o potencial criativo da incerteza, fundamental a uma primeira abordagem de fenómenos sociais e culturais. Na altura certa da investigação surgirá eventualmente uma fase de fechamento, ditada, provavelmente, presumimos, pela integração coerente da experiência observada com a experiência de interpretação do investigador. A teoria, ou o quadro teórico em que o investigador 'bricoleur' dos estudos culturais actua, não precede ou preside sobranceiramente às práticas de investigação ou de crítica, antes se transforma num '(re)contar das nossas próprias histórias, de modo a produzirem sentido para nós próprios e para os outros' (Ian Davies, *Cultural Studies and Beyond. Fragments of Empire*. London and New York: Routledge, 1995).

⁶ Existe, por um lado, uma cada vez mais propositada flutuação na definição de fronteiras entre criança e jovem, a nível do consumo. E, por outro, uma replicação de estudos sobre jovens, tomando para objecto de investigação as crianças.

1996; Walkerdine 1997) —, continua a subscrever no essencial uma metodologia etnográfica,⁷ mas articulando-a com metodologias complementares, mais ligadas às práticas da sociologia: autobiografia (Walkerdine 1997; Steedman 1991; 1995), análise textual (McRobbie 1994a; 1994b; 1997; Walkerdine 1997).

DOIS PROBLEMAS

Importa, contudo, enunciar dois problemas fundamentais das práticas de análise etnográfica como forma de realçar formas de actuação social subcultural ou modos de actuação no consumo. O primeiro é que dada a pouca autonomia atribuída pelos adultos às crianças, não-adolescentes, e a argumentação lançada por Hebdige (1979) e por Hall et al (1976) de que os jovens possuem formas de contra-cultura, formas políticas e ideológicas de se oporem à cultura dominante, concretizadas em acções políticas, manifestos, filosofias coerentes, em instituições alternativas, as opções de aliar as reflexões sobre a criança à teorização sobre subculturas jovens parecem pouco viáveis, embora as formas subculturais, com as suas manifestações essencialmente simbólicas, de resistência à cultura paterna e a sua pulverização por esferas mantidas em separado, como o trabalho, o lar, a família, a escola e o lazer, constituam um importante abstracto de associações pertinentes para o exame de culturas de criança. A consciência de classe (Willis 1977) que move grupos de jovens a actuarem, de forma resistente, aos modelos de reprodução social e cultural, depende de uma actuação em sociedade que se encontra vedada às crianças, confinadas, pela família e pela escola, a espaços pouco visíveis, presas na sua segregação do mundo adulto e essencialmente desprovidas de uma voz audível em sociedade ou de uma cultura material tão evidente ou surpreendente quanto a dos jovens rapazes descritos por Hebdige e Willis. A crítica dirigida por McRobbie (1991; 1994) aos estudos de subculturas jovens, constituídos, segundo ela, sobre a marginalização das raparigas, é extensível às crianças. Estas não são articuláveis nos mesmos termos de uma cultura espectacular.

Os estudos da criança serão articuláveis, porventura, pelo consumo, parecem afirmar as investigações mais recentes, sensíveis aos modos de produção da criança no contexto das tecnologias de poder adulto e à análise sociológica do que é produzido para a criança no campo dos média (Hodge & Tripp 1986; Nava & Nava 1996; Kinder 1991; Kline 1993; Bazalgette & Buckingham 1993) das revistas (Cadogan & Craig 1986; McRobbie 1991; 1994; 1997), dos doces (James 1982), dos brinquedos (Kinder 1991; Kline 1993; Zhao and Murdock 1996; Fleming 1996), do consumo em geral (Nava 1992; Zipes 1997). As vidas infantis são definidas pela interacção com o que é produzido para elas, auscultando potencialidades da sua resistência, umas vezes, outras — a maioria — denunciando a invasão das imaginações infantis pelos adultos.

O segundo problema, que enunciamos a partir da colagem dos estudos da criança aos dos jovens, e que de certo modo se apresenta contraditório ao primeiro, é que, considerando a

⁷ Mas utiliza a criança, tal como continua a servir-se dos jovens, das mulheres, dos negros ou de outras comunidades marginalizadas, para desenvolver argumentos sobre a cultura. A sua vertente etnográfica de exploração, pela qual se procura consagrar o interesse por vidas concretas de crianças, obriga os investigadores a análises do presente para o presente, circunscritos a histórias pessoais de experiência pessoal e intersubjectiva, do particular e do local, contrariando activamente as forças económicas e políticas de globalização.

evolução da investigação sobre os jovens, se gera uma situação que anula a necessidade de estudar a criança em si. Pode considerar-se que, no âmbito dos estudos culturais, sempre houve tendência para associar aos estudos subculturais capacidades de resistência, de formas culturais alternativas. De início, eles visam reescrever a oposição entre velhos e novos, entre adultos e jovens, pais e filhos em contextos históricos específicos, da perspectiva de uma determinada classe social — a trabalhadora, numa altura em que se verificam alterações dramáticas nos padrões de vida, no período do pós-guerra, dada a maior afluência e oportunidades mais democráticas, um crescimento dramático do poder de compra das crianças e dos jovens. Este período é, contudo, também definido como de fragmentação progressiva do trabalho e das identidades juvenis, por influência dos média e do mercado, os quais organizam e promovem interpretações da experiência dos jovens, fornecendo-lhes quadros de referências e imagens gizadas por discursos dominantes, procurando articular e situar a adolescência na sociedade (Hebdige 1979: 73-85).

O facto de se associar o estudo da criança e do jovem ao do seu consumo deu origem a um dos fenómenos mais interessantes da construção da ‘criança’ (e do ‘jovem’): uma vez inseridos em modelos mais ou menos deterministas de influência dos média, os jovens ‘desaparecem’ na sua diferença dos adultos. No quadro da análise de artefactos culturais *usados* pelos jovens (e já não *produzidos* por eles, como se defendia no quadro de teorizações de subculturas jovens), conjugando formas de consumo — de negociação, fantasia, aceitação, rejeição — com a análise de conteúdos dos produtos consumidos, tanto os discursos contemporâneos sobre a ‘televisão e a criança’, como sobre os jovens, se encontram sujeitos a teorizações do desaparecimento de ambas categorias (crianças e jovens). É este o argumento de Lawrence Grossberg (1986), que apresenta como razões justificativas do desaparecimento dos jovens — no qual ele engloba as crianças pré-púberes (e os textos sobre, e para, eles) — a partir dos modos de fazer sentido dessa categoria: surgiu uma geração jovem conservadora, o ‘me generation’ ou ‘mean generation’; as novas formas de cultura para os jovens, predominantemente tecnológicas, como o ‘walkman’, os jogos de vídeo e de computador, constroem a juventude numa esfera de ‘contenção’, mais protectora do que resistente; a juventude foi rearticulada como categoria social, corpo material, por discursos e práticas que se interpenetram: vive-se uma contradição central entre os que são jovens no presente e não têm poder e as gerações que procuram definir a juventude como uma atitude; os primeiros estão cada vez mais adultos e os segundos lidam mal com as noções tradicionais de vida adulta e procuram prolongar o mais possível as sensações da juventude. Os primeiros sabem de mais e são demasiado cínicos, regressaram à noção de juventude como treino para a idade adulta, com o seu lazer e as suas actividades próprias, mas simultaneamente, com o cinismo de quem vive à superfície e sem planear o futuro.

A representação da juventude alterou-se e vive pela ausência; não faz diferença que se seja jovem ou não, os jovens são progressivamente assimilados aos adultos, progressivamente sexualizados e transformados em alvos da produção e do consumo. A família como espaço de protecção da criança está na mira das críticas como o lugar onde ocorre o incesto e a violência sobre a criança e vacila sob pressões que clamam uma maior flexibilidade sexual e social na definição de identidades infantis; a juventude passou também a significar um estado de preparação física do corpo e a ser valorizada como um objectivo de vida (para toda a vida).

Este tipo de discursos pode ser explicado como expressão da incapacidade de os adultos policiarem e vigiarem a criança por intermédio da produção de culturas para ela, que a mantém segregada dos adultos, mas ganha igualmente se for articulado com questões de identidade ou de identificação (Rose 1998: 93), nomeadamente com uma noção, como a de *différance* (Grossberg

1996: 90), segundo a qual o termo subalterno (criança) é constitutivo do dominante (adulto), coexistindo ambos num contexto de instabilidade, dada a própria natureza da linguagem e dos processos de significação.

A 'criança' representa uma ambiguidade ou instabilidade na definição da identidade do 'adulto' (utilizamos as aspas para assinalar uma categoria), a qual deve ser entendida como instável e fruto de condições históricas específicas. A criança tanto é chamada a suplementar o adulto (enquanto sinónimo de originalidade, naturalidade ou espontaneidade, passado ou futuro) como adquire a conotação negativa do outro exótico, alienado do adulto. Assim se explicaria que, no primeiro caso, a criança constituísse uma possibilidade de subjectividade e, no segundo, uma subjectividade incompreensível, inaceitável. Os dois sentidos antagónicos coexistem na 'criança' e são inseparáveis.

Grossberg configura um problema que não encontra obviamente solução nas investigações empíricas de jovens e crianças, porque ele decorre essencialmente de uma estrutura de sensibilidade contemporânea que, por um lado, desarma uma construção particular da criança — em que ela vale como o outro do adulto e pela diferença deste —, para lhe sobrepor aspectos de identificação de criança, jovem e adulto por via do alargamento daquilo que era 'infantil' ao adulto e da valorização positiva do termo (se bem que em termos hedonistas). Interessará mais, no quadro das sensibilidades descritas por Grossberg, entender como se constrói o valor de, e se articulam, na cultura, discursos sobre 'o infantil' e o 'jovem' do que enredarmo-nos com as experiências sociais de jovens ou crianças, cada vez mais assimiladas entre si e às dos adultos.

O ESTUDO CULTURAL DA CRIANÇA

Interpretamos, por conseguinte, que todo o estudo cultural sobre a criança vive a contradição entre a construção dela como diferente e semelhante ao adulto. Ela tanto é expressão de desejo e ansiedade de adultos como um ser com experiências diferenciadas, valorizada e/ou marginalizada pela sua diferença. As etnografias de crianças, conduzidas no âmbito dos estudos culturais, são sensíveis a uma série de críticas que lhes têm sido dirigidas, mas o obstáculo maior que gostaríamos de apor ao estudo etnográfico de crianças, quer na sua vertente de consumo de artefactos culturais, quer de estudos de recepção, é a frequente ausência do quadro de investigação de uma forte dimensão de representação e de desejo *adultos* na construção da criança e do infantil, (tomados em consideração por Walkerdine 1997). Não se pode fazer o estudo da criança sem passar pelo estudo da relação do adulto com a criança, uma vez que as fontes de auto-enunciação de crianças são escassas.

Essa relação raramente constitui uma problemática no estudo da criança, a não ser em Cox (1996), já que para além da crítica cada vez mais sistemática à forma de etnografia usada pelos estudos culturais, o que tem recebido atenção são as repercussões e implicações das metodologias de investigação e a sua filiação em certas áreas disciplinares. Condena-se a artificialidade de pequenos grupos ou indivíduos tomados como amostra sociológica e a natureza construída de todos os 'leitores' e 'espectadores' (Hartley 1993) tomados para análise. Sendo estudos de caso, abrangentes de pequenos núcleos ou grupos de indivíduos, a maioria dos estudos de recepção e etnográficos não obedecem necessariamente à lógica de uma esfera pública. Os riscos geralmente apontados às etnografias de audiências são os de banalização e de uma acumulação de repetidas verificações empíricas, que obscurecem (ou anulam) as

dimensões complexas e contraditórias, sempre diferentes entre si, de cada grupo investigado, o qual não pode ser tomado em abstracto ou homogeneizado (Morris 1996; Ang 1996). Mas a crítica mais relevante, em nosso entender, será a que insiste no facto de a validação da experiência de crianças não poder repousar em termos de privilégio de um momento psicológico de contacto directo entre o adulto e a criança, também porque a experiência não pode ser entendida de modo simplificado como o lugar do autêntico, do vivido e do não mediado. A experiência não pode continuar a ser entendida como o lugar da espontaneidade e autenticidade essenciais de todo o indivíduo. Ela constitui uma forma cultural complexa de posições adoptadas por sujeitos na intersecção de realidade e ideologias (Pfister 1996: 290 citando Stuart Hall e Richard Johnson). Antes mesmo de serem capazes de articular e representar a realidade para si próprias, mergulhadas como estão na cultura, em histórias familiares e contextos sociais, económicos, políticos, geográficos específicos, as crianças possuem conjuntos de práticas ou predisposições de sensibilidades e percepções que são não-intencionais, dinâmicas e diversas (Bourdieu 1977; Ostrow 1981: 289). Elas formulam as suas intenções, falam e agem no seio de ideologias activas em sociedade, aceitando e absorvendo sem questionamento as ‘naturalizações de sentido’, os sentidos comuns, além de que os negociam, como qualquer outro sujeito na cultura.

REFERÊNCIAS

- ANG, Ien (1998): “Doing Cultural Studies at the Crossroads. Local/global negotiations”. *European Journal of Cultural Studies*. 1, 1. 13-31.
- BAZALGETTE, Cary and David BUCKINGHAM (Eds.) (1995): *In Front of the Children: Screen Entertainment and Young Audiences*. London: BFI.
- BOURDIEU, Pierre (1977): *Outline of a Theory of Practice* (1972). Cambridge: Cambridge University Press.
- CADOGAN, Mary and Patricia CRAIG (1986): *You’re a Brick, Angela! The Girls’ Story 1839-1985*. London: Victor Gollancz.
- COHEN, Philip (1980): *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. Oxford: Martin Robertson.
- DROTNER, Kristen (1994): “Etnographic Enigmas: “The Everyday” in Recent Media Studies”. *Cultural Studies*. 8, 2. 341-357.
- FLEMING, Dan (1996): *Toys as Popular Culture*. Manchester and New York: Manchester University Press.
- GEERTZ, Clifford (1975): *The Interpretation of Cultures*. London: Hutchinson.
- GROSSBERG, Lawrence (1986): “The Deconstruction of Youth”. *Critical Studies in Mass Communication*. 3. 50-74.
- (1998): “The Cultural Studies” Crossroads Blues”. *European Journal of Cultural Studies*. 1, 1. 65-82.
- HALL, Stuart (1980): “Cultural studies: Two Paradigms”, *Media, Culture and Society*. 2, 2. 57-72.
- (1997): “Introduction”, *Representation: Cultural representations and Signifying Practices*, ed. S. Hall. London: Sage. 1-12.
- HALL, Stuart and T.JEFFERSON (eds.) (1976): *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-war Britain*. London: Hutchinson.

- HARTLEY, J. (1988): "The Real World of Audiences". *Critical Studies in Mass Communication*. 6. 234-8.
- HEBDIGE, Dick (1979): *Subculture: The Meaning of Style*. London: Methuen.
- HODGE, Bob and David TRIPP (1986): *Children and Television: A Semiotic Approach*. Cambridge: Polity Press.
- HOGGART, Richard (1990): *The Uses of Literacy* (1957) London: Chatto & Windus.
- JAMES, Allison (1982): "Confections, Concoctions and Conceptions", *Popular Culture. Past and Present*, ed. B. Waites et al. London and New York: Open University. 284-293.
- KINDER, Marsha (1991): *Playing with Power in Movies, Television and Video Games. From Muppet Babies to Teenage Mutant Ninja Turtles*. Berkeley, Los Angeles and Oxford: University of California.
- KLING, Stephen (1993): *Out of the Garden: Toys and Children's Culture in the Age of TV Marketing*. London: Verso.
- McROBBIE, Angela (1991): *Feminism and Youth Culture: From Jackie to Just Seventeen*. London: Macmillan.
- (1994a): "Shut Up and Dance: Youth Culture and Changing Modes of Femininity"
- (1994b): "Different, Youthful, Subjectivities: Towards a Cultural Sociology of Youth" (1993), *postmodernism and popular culture*. London: Routledge. 177-187.
- McROBBIE, Angela and J. GARBER (1997): "Girls and Subcultures", *The Subcultures Reader*, ed. K. Gelder et al. London and New York: Routledge. 112-120.
- MORGADO, Margarida (1994): *A Estação do Brincar. Modos de Construção Literária da Criança no Romance Inglês do Século XX*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Castelo Branco, na área de Estudos Culturais, com vista às provas públicas do concurso para professor-coordenador. Castelo Branco.
- MORRIS, Meaghan (1996): "Banality in cultural studies", *What Is Cultural Studies? A Reader*, ed. J. Storey. London and New York: Arnold. 147-167.
- MURDOCK, Graham (1997): "Thin Descriptions: Questions of Method in Cultural Analysis", *Cultural Methodologies*, ed. J. McGuigan. London: Sage. 178-192.
- NAVA, Mica (1992): *Changing Cultures. Feminism, Youth and Consumerism*. London: Sage Publications.
- NAVA, Mica and Orson NAVA (1996): "Discriminating or Duped? Young People as Consumers of Advertising/Art", *Media Studies. A Reader*, ed. P. Marris et al. Edinburgh: Edinburgh University Press. 503-509.
- OSTROW, James M. (1981): "Culture as a Fundamental Dimension of Experience: A Discussion of Pierre Bourdieu's Theory of Human Habitus". *Human Studies*. 4. 279-297.
- PFISTER, Joel (1996): "The Americanization of cultural studies", *What Is Cultural Studies? A Reader*, ed. J. Storey. London: Arnold. 287-299.
- ROSE, Jacqueline (1998): *States of Fantasy*. Oxford: Clarendon Press.
- STEEDMAN, Carolyn (1991): *Childhood, Culture and Class in Britain. Margaret Macmillan 1860-1931*. London: Virago.
- (1995): *Strange Dislocations: Childhood and the Idea of Human Integrity 1780-1930*. London: Virago.
- THOMPSON, E. P. (1978): *The Making of the English Working Class* (1963). London: Penguin.
- WALKERDINE, Valerie (1997): *Daddy's Girl. Young Girls and Popular Culture*. London: Macmillan Press Ltd.

- WILLIS, Paul (1977): *Learning to Labour: How Working-Class Kids Get Working-Class Jobs*. Farnborough: Saxon House.
- WINNICOTT, D. W. (1971): *Playing and Reality*. Harmondsworth: Penguin.
- ZHAO, Bin and Graham MURDOCK (1996): "Young Pioneers: Children and the Making of Chinese Consumerism". *Cultural Studies*. 10, 2, 201-217.
- ZIPES, Jack (1997): *Happily Ever After*. London: Routledge.